



Revista Brasileira de História das Religiões

ISSN
1983-2850

VOLUME 18 | NÚMERO 52 | JANEIRO-ABRIL 2025

ARTIGOS LIVRES

 <https://doi.org/10.18764/1983-2850v18n52e25468>

Igreja Católica e Primeira Guerra Mundial: o caso dos frades alemães da Província de Santo Antônio em Pernambuco (1915-1918)

Dirceu Marroquim

Doutor em História Social pela
Universidade de São Paulo (2022).
Secretário Executivo de Gestão na
Secretaria de Cultura do Recife

 <http://lattes.cnpq.br/8834798803448369>

 <https://orcid.org/0000-0001-8451-6239>

 dirceu_marroquim@yahoo.com.br

Gabriella Chalegre Alves

Doutoranda pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Pernambuco

 <http://lattes.cnpq.br/3712468127131684>

 <https://orcid.org/0000-0002-5599-0449>

 gabichalegre2@gmail.com

RECEBIDO | 5 dez. 2024 – APROVADO | 2 abr. 2025



Resumo: O presente artigo busca analisar uma série de conflitos ocorridos entre os anos de 1915 e 1918, envolvendo frades alemães estabelecidos na Província de Santo Antônio em Pernambuco. Mobilizações contra esses religiosos surgiram no Recife e na cidade de Pesqueira, no agreste de Pernambuco, sendo resultado direto do envolvimento do Brasil nas questões da Primeira Guerra Mundial. Advindos, na sua maioria, da Saxônia, província da Alemanha, esses frades chegaram no Brasil, em fins do século XIX e início do XX, com a missão de auxiliar a Igreja Católica em suas ações evangelizadoras. No entanto, a vida destes religiosos se transformou radicalmente com o início da guerra e, principalmente, após o episódio de abril de 1917, quando o navio brasileiro “Paraná” foi torpedeado por submarinos alemães na costa da França, resultando na morte de três tripulantes brasileiros, e na consequente ruptura da neutralidade do Brasil e sua entrada na guerra em outubro de 1917. A partir de então, estes religiosos alemães passaram a ser vistos com desconfianças, a sofrer ameaças e a enfrentar acirradas oposições por parte tanto dos setores civis, incluindo aqui também católicos, quanto da própria burocracia estatal. A partir da análise de diversas fontes, como jornais, relatórios dos conventos, registro policial e livros de crônicas, foi possível perceber o crescimento do sentimento antigermânico direcionado aos frades franciscanos. Os conflitos ocorridos naqueles anos tiveram a intervenção do arcebispo Dom Sebastião Leme que buscou proteger esses religiosos da fúria popular e acalmar os ânimos entre os católicos.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial; frades franciscanos; nacionalismo; antigermanismo.

Catholic Church and World War I: the case of the German friars of the Province of Santo Antônio in Pernambuco (1915-1918)

Abstract: The present article analyzes conflicts between 1915 and 1918 involving German friars established in the Province of Santo Antônio in Pernambuco, Brazil. Mobilizations against these religious figures emerged in Recife and the city of Pesqueira, located in the agreste region of Pernambuco, as a direct result of Brazil’s involvement in the issues surrounding World War I. Most of these friars, originating from Saxony, a province in Germany, had arrived in Brazil in the late 19th and early 20th centuries with the mission of assisting the Catholic Church in its evangelization efforts. However, their lives underwent a radical transformation with the onset of the war, particularly following the incident in April 1917, when the Brazilian ship Paraná was torpedoed by German submarines off the coast of France, resulting in the death of three Brazilian crew members. This event led to Brazil breaking its neutrality and entering the war in October 1917. From that point onward, society began to view these German friars with suspicion, threatening them and opposing their presence in civil sectors—including some Catholics—and within the state bureaucracy. Analyzing various sources, such as newspapers, convent reports, police records, and chronicle books, reveals the growing anti-German sentiment targeting the Franciscan friars. During those years, Archbishop Dom Sebastião Leme intervened to shield these religious figures from popular fury and to ease tensions among Catholics.

Keywords: World War I. franciscan friars; Pernambuco; nationalism; anti-Germanism.

Iglesia Católica y la Primera Guerra Mundial: el caso de los frailes alemanes de la Provincia de Santo Antonio en Pernambuco (1915-1918)

Resumen: El presente artículo busca analizar una serie de conflictos ocurridos entre los años 1915 y 1918, que involucraron a frailes alemanes establecidos en la Provincia de Santo Antônio, en Pernambuco. En Recife y en la ciudad de Pesqueira, en la zona agreste de Pernambuco, surgieron movilizaciones contra estos religiosos, resultado directo de la implicación de Brasil en las cuestiones de la Primera Guerra Mundial. Estos frailes, provenientes en su mayoría de Sajonia, una provincia de Alemania, habían llegado a Brasil a finales del siglo XIX y comienzos del XX con la misión de apoyar a la Iglesia Católica en sus acciones evangelizadoras. No obstante, la vida de estos religiosos cambió radicalmente con el inicio de la guerra y, sobre todo, tras el incidente de abril de 1917, cuando el barco brasileño “Paraná” fue torpedeado por submarinos alemanes frente a la costa de Francia. Este ataque provocó la muerte de tres tripulantes brasileños y condujo a la ruptura de la neutralidad de Brasil, así como a su entrada en la guerra en octubre de 1917. A partir de entonces, la sociedad empezó a ver con desconfianza a estos frailes alemanes, quienes sufrieron amenazas y enfrentaron una fuerte oposición tanto desde sectores civiles—includingos algunos católicos—como desde la propia burocracia estatal. El análisis de diversas fuentes, como periódicos, informes de conventos, registros policiales y libros de crónicas, permitió detectar el crecimiento del sentimiento antialemán dirigido hacia los frailes franciscanos. Los conflictos ocurridos en aquellos años motivaron la intervención del arzobispo Dom Sebastião Leme, quien buscó proteger a estos religiosos de la furia popular y apaciguar los ánimos entre los católicos.

Palabras clave: Primera Guerra Mundial; frailes franciscanos; nacionalismo; antialemanismo.

Introdução

Os conflitos que ocorreram na Europa, entre julho de 1914 e novembro de 1918, tiveram ressonância no outro lado do Atlântico, no Brasil da Primeira República. Apesar do intenso debate público que a guerra provocou em alguns segmentos sociais, ainda nos primeiros meses de conflagração, as autoridades governamentais brasileiras, que mantinham relações cordiais com o Império Alemão, optaram pela neutralidade, declarada no início de agosto de 1914, na intenção de preservar as relações comerciais com as nações envolvidas. As embarcações, responsáveis pelo fluxo das importações e exportações realizadas pelos países que optaram pela neutralidade, ao adentrar pelas zonas de bloqueio, seguiam os protocolos de navegação estabelecidos pelas nações em conflitos.

Porém, três anos depois do início das hostilidades, o cenário havia mudado, e uma declaração de guerra era assinada pelo então presidente Venceslau Brás, em 26 de outubro de 1917, um dia após a terceira embarcação brasileira, o *Macau*, ter sido torpedeada em águas espanholas. Meses antes, as relações entre o Brasil e a Alemanha já andavam estremecidas. Isso porque outras duas embarcações haviam sido atingidas pelo poder bélico alemão: o primeiro foi o vapor mercante *Paraná*, torpedeado por um submarino alemão, no canal da Mancha, nas proximidades do cabo Barfleur, em 03 de abril de 1917. Menos de um mês depois, em 22 de maio, uma esquadra alemã levava a pique, próximo à Brest, no litoral norte da França, o navio *Tijuca*. Dias depois, em 13 de abril, o governo brasileiro confiscava navios alemães ancorados nos portos, um dos primeiros atos de desagravo contra os ataques as embarcações nacionais.

O envolvimento tardio do país no conflito não poupou o surgimento de manifestações contrárias aos alemães, mobilizações populares de caráter nacionalista e comportamentos extremistas em relação aos naturais daquela nação, envolvendo até o clero brasileiro e seus fiéis. Diante disso, o presente artigo procura analisar os conflitos ocorridos, entre os anos de 1915 e 1918, envolvendo os frades alemães estabelecidos na Província de Santo Antônio, em Pernambuco. Pretende-se compreender de que forma, após o início da Primeira Guerra Mundial e, especificamente, após a entrada no Brasil no conflito, com a efervescência de um sentimento nacionalista, os frades alemães passaram a ser vistos com desconfianças, a sofrer ameaças e ataques, tanto por parte dos representantes civis e católicos, quanto pelas autoridades policiais. O recorte espacial é o estado de Pernambuco, com ênfase nas cidades do Recife e de Pesqueira, onde os conflitos envolvendo os frades alemães foram motivo de preocupação do Arcebispo de Olinda, Dom Sebastião Leme. Para tal análise, diversas fontes foram utilizadas, como os jornais, os registros policiais, a documentação do Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife e livros de crônicas.

No que concerne aos aspectos teóricos e metodológicos, o presente artigo se situa dentro de uma história social das religiões, procurando ênfase ao que temos atribuído de *dimensão paroquial*. Esta faz referência não necessariamente apenas à unidade de administração eclesial, mas nos referimos à necessidade olhar os estratos sociais mais baixos da hierarquia da Igreja Católica e a sua interface com um mundo social. Nesses termos, reconhecemos a necessidade de “uma maior atenção à agência dos sacerdotes, ultrapassando uma visão simplista e acrítica de suas ações em relação aos compromissos institucionais” (Marroquim, 2024). Para este texto especificamente também mobilizamos algumas das ideias do antropólogo Fredrik Barth, sobretudo no debate sobre as fronteiras étnicas e como estas se constroem na relação entre

os grupos e não são inerentes a características culturais fixas. Barth argumenta que a identidade étnica é definida através da interação social, onde os limites entre “nós” e “eles” são constantemente negociados e reforçados. No contexto pernambucano durante a Primeira Guerra Mundial, as fronteiras étnicas entre os frades alemães e a população local foram intensificadas pelas circunstâncias do conflito, pelos sentimentos nacionalistas emergentes e pelas suspeitas alimentadas por rumores e propaganda.

Quando os ânimos se exaltaram: repercussões da guerra em território nacional

Os ataques sofridos pela marinha mercante, o rompimento da neutralidade e a tomada de posição em favor dos Aliados provocaram no Brasil uma intensa agitação de caráter nacionalista e patriótico, que surgia junto com um sentimento antigermânico. A guerra, mesmo a milhares de léguas de distância, agitava os ânimos de parte da população brasileira, alterando o cotidiano das cidades e povoações. A imprensa da época, que estampava em suas páginas notícias sobre a contenda, atraiu o interesse dos brasileiros, mobilizando mentes e corações. Surgiram “debates acirrados entre ‘aliadófilos’, ‘neutrais’ e ‘germanófilos’ com a maior parte da opinião pública apoiando a causa aliada” (Doratioto, 2012), no caso, o bloco das nações que compunham a Tríplice Entente: o Reino Unido, o Império Russo e a França.

Os acontecimentos da Primeira Guerra e, depois, a Revolução Russa de 1917, tiveram grande repercussão no Brasil, expandindo ainda mais os horizontes mentais. “Sem dúvida, o novo contexto redefiniu as formas de interação das populações urbanas brasileiras com os acontecimentos e fluxos de ideias vindas dos Estados Unidos e da Europa”, ressalta Hebe Mattos (Mattos, 2012). A população de Pernambuco não ficou imune ao turbilhão ideias e sentimentos que circulavam sobre o conflito.

Notícias referentes aos ataques das embarcações brasileiras causaram impacto entre os leitores. Na primeira semana de novembro de 1917, notícias de que outros dois vapores brasileiros, além do *Macau*, haviam sido torpedeados pelos submarinos alemães, reacenderam os sentimentos antialemães que já circulavam desde os incidentes anteriores com o *Acary* e o *Guahyra* (Hemeroteca Digital Brasileira. Tribuna Religiosa, 08 de novembro de 1917). Esses dois últimos, que transportavam cereais, sacos de sebo e café para a Europa, foram atacados, mas não naufragaram. Mesmo assim, as notícias da agressão, somadas às mortes de dois tripulantes e aos ferimentos de quatro outros, aumentaram a indignação nas cidades brasileiras contra a Alemanha e seus representantes no Brasil.

O fato é que, pelo menos, desde o mês de abril de 1917, com a escalada da “reação patriótica”, crescia a atenção das autoridades, religiosas ou não. O historiador Carlos Daróz observou que o torpedo que atingiu o vapor *Paraná* provocou uma série de manifestações públicas a favor da declaração de guerra. Segundo o autor, “no Sul do país e em São Paulo dezenas de estabelecimentos comerciais e propriedades de imigrantes alemães e de seus descendentes foram atacados e pilhados” (Daróz, 2016). Em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, uma turba de pessoas “atacou residências, fábricas e clubes, como a “Gesellschaft Germânia, a empresa Arp, a escola alemã, o jornal *Diário Alemão* e o restaurante *Brahma*, que foi completamente destruído” (Daróz, 2016). Nesses termos, entre abril e novembro, essas tensões se avolumaram, ganhando outros estados brasileiros.

No Recife, essa crescente revolta foi canalizada por grupos como o Comitê Pró-Pátria, formado no início de 1917, que se autoproclamava uma organização “cívico-patriótica” (Hemeroteca Digital Brasileira. A Província, 23 de maio de 1917, p. 02). O Comitê já havia promovido diversas manifestações ao longo do ano, mas, com o desenrolar dos acontecimentos, os ânimos se tornaram ainda mais exaltados. Um novo *meeting* foi organizado na Praça da Independência, em frente à sede do Diário de Pernambuco, onde vários oradores inflamaram a multidão com discursos nacionalistas, reforçando o apoio popular à entrada do Brasil na guerra.

Um detalhe que chama a atenção nessa mobilização popular é a procura pela adesão de pessoas com prestígio e notoriedade social, que exerciam certa liderança. Isso porque, na sequência dos eventos, como destaca a nota do jornal, “organizou-se um grande préstito que percorreu diversas ruas da capital até o Largo da Soledade” (Hemeroteca Digital Brasileira. A Província, 20 de novembro de 1917, p. 01), local onde residia o Arcebispo de Olinda, Dom Sebastião Leme, que assumira seu posto no ano anterior. A multidão, persistente, clamava pela presença do religioso. Em seguida, da sacada de seu palácio, o arcebispo teceu comentários sobre “o valor do patriotismo brasileiro” conclamando a multidão a “manter-se unida aos poderes da nação, pronta para todos os sacrifícios que a pátria exigisse, mas sem que suas manifestações se afastassem das normas da ordem, calma e civilização” (Hemeroteca Digital Brasileira. A Província, 20 de novembro de 1917, p. 01). Prudente, ele também pediu respeito às “pessoas e bens estrangeiros residentes no Brasil” (Hemeroteca Digital Brasileira. A Província, 20 de novembro de 1917, p. 01).

Essa movimentação em direção a Dom Sebastião Leme talvez não tenha sido casual. Alguns meses antes do acontecido, o mesmo periódico havia publicado uma entrevista com o Arcebispo, na qual ele comentava sobre a pastoral coletiva dos prelados do Sul e reiterava o complexo cenário de tensões e rumores que surgiam em sua jurisdição eclesiástica. A repercussão da guerra na Europa e o envolvimento do Brasil na contenda afetavam o cotidiano da Igreja no país, sua organização e funcionamento.

Em outra matéria, publicada em 06 de maio, o arcebispo fez declarações pertinentes ao contexto. Durante o período de neutralidade do Brasil, o arcebispo destacou que “alguns do clero, assim como em outras classes”, acabaram nutrindo “simpatias pela Alemanha, enquanto outros apoiavam os Aliados” (Hemeroteca Digital Brasileira. A Província, 06 de maio de 1917, p. 01). Dom Leme evidenciava, portanto, publicamente que havia uma divisão dentro do clero no que se refere ao apoio da guerra. O arcebispo concluiu parte do seu discurso ressaltando que “o clero brasileiro só enxerga uma coisa — a honra do Brasil” (Hemeroteca Digital Brasileira. A Província, 06 de maio de 1917, p. 01). Por fim, ele fazia uma defesa pública dos religiosos estrangeiros, sobretudo os alemães, que atuavam no Brasil:

De passagem seja dito que não concordo com as suspeitas levantadas sobre alguns padres e religiosos alemães que vivem no Brasil. Eles aqui vivem e trabalham, há muitos anos, são amigos nossos, alguns brasileiros naturalizados e todos brasileiros de coração. Quando foi torpedeado o nosso Paraná, tenho certeza de que esses padres sentiram tanto como nós brasileiros. Nem sei como possa alguém supor que eles trabalham contra o Brasil (Hemeroteca Digital Brasileira. A Província, 06 de maio de 1917, p. 01).

As palavras transcritas acima servem aqui como indício de uma tensão iminente contra um grupo específico de religiosos. Dom Leme tentava acalmar os ânimos dos pernambucanos em relação aos religiosos alemães que viviam no território e eram responsáveis por tocar os traba-

lhós nas paróquias e conventos. As palavras de prudência de Dom Leme são indícios de como a Igreja já estava se mobilizando em relação aos religiosos estrangeiros. Por “padres e religiosos alemães”, destacado pelo bispo, é importante ressaltar que parte significativa deles eram da Ordem dos Frades Menores, composta em sua maioria de frades advindos da Alemanha. Os conflitos envolvendo os religiosos alemães faziam parte das preocupações de Dom Sebastião Leme, e tiveram ressonância na Diocese, nas paróquias e dentro dos conventos.

Repovoar para manter a cristandade: os missionários que vinham de longe

Para entender o papel e a influência que esses religiosos estrangeiros tiveram no clero pernambucano, é importante refletir sobre o processo que ficou conhecido como fase do “repovoamento”. No Brasil, a entrada de padres estrangeiros, ao longo do Império, foi pontual, não constituindo um movimento institucional mais amplo por parte do Estado ou da Igreja. Porém, junto com o golpe militar de 1889, que instaurou a República no Brasil e a separação entre Estado e Igreja, ocorreu a entrada maciça de religiosos estrangeiros para atuarem nos antigos conventos e fundação de novas casas e reerguer a cristandade ainda na onda do processo de romanização.

O movimento de “repovoar” paróquias, mosteiros e conventos tem início justamente nesse período de transição. Segundo o frei Hugo Fragoso, no fim do século XIX, das 14 casas que constituíam a Província Franciscana de Santo Antônio no Brasil, “9 tinham sido abandonadas, 3 eram habitadas por um só religioso, e tão somente o convento de Salvador contava com 6 religiosos” (Fragoso, 1982).

O historiador Keneth Serbin escreveu que “entre os anos de 1880 e 1930, mais de três dúzias de ordens religiosas masculinas entraram no Brasil” (Serbin, 2009). A inserção destes novos sacerdotes, todos sob a tutela de uma regra específica, mudava uma parte significativa da composição étnica do clero católico brasileiro. Basta observar a análise apresentada por Serbin de que 85,9% dos padres regulares tinham uma origem externa ao Brasil (Serbin, 2009).

O marco para essa transformação era precisamente a separação formal entre a Igreja Católica e o Estado a partir de 1889, colocando o Brasil numa rota de convergência com os intuitos do Vaticano de maneira assertiva. Na encíclica *Litteras a Vobis*, o Papa Leão XIII mencionou que “por nossa providência apostólica, determinamos restaurar a observância original de seus institutos das perdas dos tempos passados” (Leão XIII, 1894). Esta restauração significava uma maior observância às regras de cada ordem, ou um retorno a estas. Significava mandar vir do continente europeu um contingente de religiosos para ocupar os conventos e paróquias do Brasil, que se mostrava um campo de ação promissor nas palavras do Papa.

É possível perceber o impacto prático das ações de Leão XIII no Brasil em relação ao aumento do contingente de sacerdotes. Rodolfo de Roux ressalta que o aumento no número de religiosos estrangeiros no Brasil ocorreu após a Proclamação da República, pois, segundo o autor, após a expulsão das ordens estrangeiras, restaram no Brasil pouco mais de 10 franciscanos e 170 religiosos de outras ordens (Roux, 2014). Comparando os dados do recenseamento geral dos anos de 1872 e 1920, verifica-se um aumento substancial: de 1.800 padres em 1872, para 2.797 em 1920. José Oscar Beozzo, que compilou esses dados, destaca que isso representou um aumento de 35,65% (Beozzo, 1983).

Em relação ao número de religiosos estrangeiros, constata-se também um crescimento. Em 1872, registravam-se 211 sacerdotes advindos de fora do país e, em 1920, o número chegava a

1.937. José Oscar Beozzo pontua que apesar de não ser possível constatar quantos destes religiosos pertenciam às ordens e não ao clero secular, há indícios de que os frades e monges adventícios estavam sob a tutela de alguma congregação (Beozzo, 1983). No caso de Pernambuco, é possível observar que, em 1872, o número de sacerdotes estrangeiros era de apenas 08. Já em 1920, o número foi de 129 religiosos. Frei Hugo Fragoso destaca que, durante a primeira metade do século XX, foram fundadas 16 novas casas franciscanas, sendo a primeira delas a de Pesqueira no ano de 1903 (Fragoso, 1982).

Esse aumento é significativo e impactava, por sua vez, no cotidiano e no funcionamento da Igreja no estado de Pernambuco. Isso porque, a chegada desses religiosos estava diretamente relacionada com o projeto da Igreja Católica de capilarizar-se, isto é, de ampliar o número de suas jurisdições eclesásticas, com a criação de novas dioceses e paróquias, levando os sacramentos e os ritos católicos para regiões onde havia poucos padres para atender diversos municípios e uma numerosa e crescente população. Em algumas igrejas, as missas, os sacramentos, as leituras das homílias, eram proferidas em um português carregado de novos sotaques.

Na década de 1940, o antropólogo Roger Bastide percebeu o impacto dessas mudanças. No artigo *Religion and Church in Brazil*, publicado em 1951, Bastide argumentou que a Igreja Católica no país estava se tornando uma instituição “Romanizada”. Ele observou que o novo regime político no Brasil resultou em um movimento no qual “franciscanos alemães substituíram franciscanos brasileiros [...] As ordens monásticas, em outros lugares frequentemente perseguidas ou expulsas, emigraram da França, Bélgica ou Itália” (Bastide, 1951). Essas ordens incluíam lazaristas franceses, beneditinos ou franciscanos alemães, italianos e belgas. O resultado desse processo foi que “ao se tornar romanizada, a Igreja se desnacionalizou” (Bastide, 1951). Exageros à parte, de fato a entrada desses estrangeiros teve significativo peso nas práticas católicas de Brasil.

Os religiosos alemães vindos para o Brasil, nesse período, pertenciam originalmente à província da Saxônia. Por solicitação pontifícia, sacerdotes daquela região foram enviados para “restaurar” as Províncias brasileiras de Santo Antônio e da Imaculada Conceição a partir de 1891. Frei Hugo Fragoso destacou que, embora a Província alemã tenha sido profundamente afetada pelas políticas anticlericais do governo de Bismarck, ela ainda era uma das mais prósperas da Europa naquele período. À época, contava com cerca de 260 membros espalhados por diversos países, além de missões na Holanda, Bélgica, Estados Unidos e China (Fragoso, 1991).

Com a abertura das fronteiras brasileiras para novos sacerdotes após o advento da República, frei Gregório Janknecht designou quatro frades para a missão: Fr. Amando Bahlmann, Fr. Xisto Melwes, Fr. Humberto Themans e Fr. Maurício Schmalor. Eles partiram de Bremen em 25 de maio de 1891, chegaram a Salvador em 20 de junho e, em seguida, foram para Santa Catarina, onde se aclimataram ao território brasileiro (Teves, 1961). No ano seguinte, em dezembro de 1892, chegaram mais 16 religiosos. A quarta expedição chegou em junho de 1893, seguida pela quinta em julho de 1894, dando continuidade ao fluxo de missionários. Os religiosos que chegaram em 1894, número que se assemelha nas expedições anteriores, traziam consigo algumas coisas em comum, além do próprio hábito marrom escuro e das regras da ordem que seguiam. A grande maioria deles, 86,33%, vinha da mesma região, da porção norte da Alemanha ocidental, lugar onde se concentravam muitos católicos do país (Marroquim, 2022, p.48). Segundo a historiadora Rebecca Benette, os católicos alemães definiam tal território como o *locus* de uma certa Alemanha real (Benette, 2012, p. 77).

O fato é que ao chegarem no Brasil, além das dificuldades inerentes à missão em um território desconhecido, havia um outro lado importante de ser observado: a recepção e aceitação por parte da população local. Frei Alberto que chegou na Bahia em 1892, ouviu no cais manifestações de apoio à sua chegada e de seus confrades, mas ao mesmo tempo palavravas de ódio destinadas aos estrangeiros. Eram gritos de “Benedictus qui venit!” e ao mesmo tempo “morram os frades” (Kirschbaum, 1990, p. 86). Não foi à toa que o mesmo religioso atribuiu esse período de extrema dificuldade, como sendo marcado pela “tensão e tempestade”.

Essas tensões sentidas pelos frades no desembarque na Bahia, podem ser observadas também em Pernambuco. Por exemplo, os versos publicados anonimamente no Jornal do Recife, deixavam evidente a pouca simpatia por esses religiosos estrangeiros:

Padres, frades que namoram / Que na rua andam sorrindo / Cautela com os tais malandros / Que a moral vão destruindo/ Esses fradecos que vêm / Para aqui, do estrangeiro, / Vivem lá numa miséria / Veem para cá ganhar dinheiro/ [...] os Franciscanos, / Botando imagens pra fora, / Obrigando que as irmandades / todas fossem embora / Não será isto uma ofensa? / Que fazem aos nossos brios... / Esses vândalos (Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal do Recife, 18 de setembro de 1895, p. 03).

Apesar do tom jocoso, esses versos dão o tom da resistência local à chegada dos frades da Saxônia. Exageros à parte, esses religiosos foram descritos como moralmente duvidosos (“frades que namoravam”), sem seriedade (que andavam na rua “sorrindo”), que enriqueciam às custas da fé alheia, e que causavam até o afastamento das irmandades das igrejas. O que é possível tirar desses versos é que a chegada de padres estrangeiros, sobretudo dos Franciscanos, provocava uma série de alterações na relação entre o clero e seus fiéis. O processo de integração de novos padres, além de gerar conflitos relacionados à questão da nacionalidade, também estava intrinsecamente ligado à remodelação institucional da ordem franciscana no Brasil.

É possível perceber essa distinção quando esses religiosos chegam no interior de Pernambuco. Na Diocese de Pesqueira, localizada no agreste de Pernambuco, os franciscanos alemães, ainda em 1903, tinham forte atuação na comunidade religiosa (Alves, 2019, p. 204). Apesar disso, a partir da eclosão da Primeira Guerra, esses religiosos passaram a ser vistos com desconfiança por diferentes grupos sociais. Com o passar do tempo, essas desconfianças se tornaram oposição de fato. O jornal Gazeta de Pesqueira, principal órgão noticioso da cidade e região do sertão pernambucano, tornou-se um espaço de denúncias e oposições feitas contra os frades franciscanos que residiam na cidade.

No dia 21 de março de 1915, a Gazeta de Pesqueira publicou uma nota intitulada “A tentação do Anti-Cristo”, relatando um conflito entre o gazeteiro e um frade franciscano. Segundo a nota, no dia anterior, o gazeteiro ao sair para vender o referido jornal, dirigiu-se à estação de trem, onde teria encontrado com “um frade alemão escapulado do convento”. O referido frade, segundo o redator, “em vez de rezar ou distribuir o bem, conforme ordena a igreja católica, - abriu a boca para o mal”, insinuando que a população não deveria comprar aquele jornal, visto que ela “advoga a causa brasileira” (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. 21 de março de 1915, n. 370). O jornal considerou o comportamento, em particular, do frade uma afronta. Afirmava ainda que esses frades alemães seriam “pseudo religiosos”, enviados pelo governo alemão para espionar o Brasil.

A nota destacava que o frade ainda teria atentado contra a seriedade do jornal, afirmando que a Gazeta era “incrédula”. Segundo o redator, a falsa acusação era descabida, pois o jornal sempre contou com “o apoio dos bons católicos e dos padres nacionais”. O texto finaliza sugerindo uma reflexão para os seus leitores, pedindo que eles observem como são “tratados por esses estrangeiros ingratos que estão em nossa pátria e pensam que somos vassallos de Guilherme II” (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Gazeta de Pesqueira, 21 de março de 1915, n. 370).

É possível pensar que o encontro entre o gazeteiro e o frade alemão tenha sido uma criação do próprio redator. Porém, a nota acima deixa evidente as tensões que permeavam as relações entre os religiosos, chegados em Pesqueira há mais de uma década, e parte da população.

Apesar das desconfianças contra os franciscanos alemães, é inegável o trabalho que realizaram na cidade, desde sua chegada em 1903. Para se ter uma ideia, dados do relatório da administração paroquial dos franciscanos, apenas para o ano de 1915, indicam que foram realizadas 45.413 comunhões, 286 pregações, 1.210 batizados, 77 casamentos, 186 visitas a enfermos (incluindo as visitas feitas a cavalo, isto é, em locais distantes do centro urbano) e 126 extremas unções (Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife. Relatórios do Convento de Pesqueira, 1915-1917). Ao levar em conta que a cidade de Pesqueira nesse mesmo período possuía uma população que não ultrapassava 30 mil habitantes, o relatório mostra que houve por parte dos católicos uma aceitação das missões realizadas por esses frades.

Assim, ao afirmar que estes frades seriam “pseudo religiosos” e que o jornal contaria com o apoio dos “bons católicos e padres nacionais”, a Gazeta de Pesqueira criava uma imagem de oposição entre os próprios católicos da cidade. De lado, estariam aqueles que não consideravam os franciscanos como falsos religiosos, que participavam das suas missas e que até mesmo optavam pela realização dos sacramentos feitos por esses religiosos, e que, portanto, estariam dentro do que se poderia entender como “maus católicos”. De outro, estariam os “bons católicos”, adeptos apenas ao clero nacional, que acreditavam serem os frades alemães ingratos, espiões ou falsos religiosos.

Se no agreste de Pernambuco as tensões entre religiosos estrangeiros e a população local estavam na ordem do dia, no litoral, outros aspectos permeavam esse conflito. No Recife, a desconfiança que conectava as cizânias diplomáticas ao claustro dos conventos franciscanos ganhava ainda mais endosso com o fato de que esses religiosos tinham circulação e contato com a tripulação estrangeira das embarcações germânicas que entravam e saíam do porto do Recife. O próprio Dom Amando Balhmann, citado anteriormente, à época já bispo de Santarém, quando esteve na capital pernambucana para recuperar-se de uma enfermidade, realizou uma prédica no Círculo Católico e em um “Vapor Alemão no porto desta cidade” (Balhmann, 1991). É válido mencionar que um mês antes do naufrágio do *Paraná*, “fez-se também no mês de março um grande reparo no fogão da cozinha [do convento], por um Alemão do vapor ancorado no porto desta cidade” (Balhmann, 1991). Ao que tudo indica, era algo corriqueiro esses encontros entre religiosos alemães e seus compatriotas, marinheiros e tripulantes dos navios mercantes.

“Entraram na Igreja [...] de chapéu na cabeça e charuto na boca”: a busca pelo inimigo

As tensões que já eram nítidas em 1915, agravaram-se no ano de 1917, após o torpedeamento da embarcação brasileira. Em 29 de abril de 1917, o representante da Nunciatura Apostólica

da Província de Santo Antônio do Brasil, Angelo Giacinto Scapardini, enviou um documento reservado, endereçado aos ministros provinciais de todas as casas franciscanas do Brasil. O nuncio demonstrava preocupação, solicitando aos frades, principalmente aos estrangeiros, que agissem com a maior prudência nas questões referentes à nacionalidade e a toda discussão que tocasse no tema da guerra.

No texto, o nuncio alertava aos frades que “lembrados da sua condição de estrangeiros, os súditos de V. Revma. devem guardar a maior prudência no exercício de todos os seus atos” e que deveriam, “em particular, eliminar toda questão de nacionalidade e toda sorte de discussão sobre a guerra”. Ele ordenava ainda que, “sob pretexto algum”, os frades tratassem de assuntos de guerra nos jornais, ressaltando que a “situação é, sem dúvida, muito delicada” e que a “Nunciatura pode até certo ponto proteger e defender os religiosos”, mas que eles deveriam estar atentos aos cumprimentos de suas missões e aos limites de suas atuações. Em tons que demonstravam certa ameaça, o nuncio finaliza seu texto fazendo “votos para que nada” o obrigasse a “adotar medidas repressivas” contra aqueles que infringissem as normas (Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife. Reservado, 29 de abril de 1917, n. 161). Não custa lembrar que esse documento foi redigido no calor do ataque ocorrido ao navio brasileiro “Paraná” pelos alemães e das repercussões que tal ato teve no país.

Meses depois, em outubro, as preocupações que o nuncio demonstrava se ampliaram, após a declaração de guerra feita pelo presidente do Brasil, em 26 de outubro de 1917. Resta claro que os frades alemães de fato estavam expostos e corriam riscos e que os representantes do clero estavam empenhados em garantir a segurança desses religiosos.

Um relato interessante desse momento foi deixado pelo frade Joaquim Benke, quando ainda era cronista do convento. No texto, é possível perceber a atuação de Dom Sebastião Leme e como o arcebispo teria agido rapidamente diante das tensões que permeavam a presença dos frades franciscanos alemães em Pernambuco, evitando uma possível tragédia. A história começa quando, em outubro de 1917, os frades Frei Casimiro Brochtrup e Frei Joaquim Benke partiram do Convento de Santo Antônio do Recife na missão de auxiliar outros religiosos em uma visita pastoral por diversas cidades do agreste pernambucano. Acompanhavam o cônego Júlio Maria, que atuava como visitador, e mais dois sacerdotes, o Frei Francisco, capuchinho, e Frei Miguel, carmelita (Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife. Livro de Crônicas, 1912-2003, p. 47). A primeira parada foi no município de Amaraji, onde permaneceram por cinco dias realizando uma série de trabalhos com a comunidade. Em seguida, partiram para o município de Bonito e continuaram a jornada até Gameleira, chegando ali no dia 7 de novembro, às cinco horas da tarde.

Na mesma noite, os dois franciscanos receberam uma notificação urgente, assinada pelo próprio Arcebispo de Olinda, Dom Sebastião Leme, convocando-os a retornar rapidamente ao Recife. No dia seguinte, 8 de novembro, às oito horas da manhã, eles partiram imediatamente. A crônica do frade Joaquim Benke relata que:

No caminho não aconteceu nada de importância. Na estação das 5 Pontas estava o Revmo. S. Lapenda em espera de nós. Ele tomou conta das nossas malas, e nos mandou para o Seminário. Nos acompanhou num automóvel fechado, 1ª classe, imediatamente para o Convento de Olinda, onde ficamos perto de oito dias, por causa dos acontecimentos em Recife (Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife. Livro de Crônicas do Convento de Santo Antônio do Recife, 1912-2003, 1912-2003, p. 47).

A ação foi rápida e os frades alemães, por causa dos “acontecimentos” no Recife, não voltaram para o convento de origem, na capital, e sim foram levados, em segredo, para o Convento de Olinda, onde passaram alguns dias ocultos. Não custa lembrar que dias antes da chegada dos frades na estação do Recife, em 4 de novembro, o governo brasileiro formalizou sua entrada na guerra, enviando missões navais para patrulhar o Atlântico e proteger rotas comerciais, enquanto o sentimento nacionalista e antigermânico crescia nas cidades brasileiras com manifestações públicas e discursos patrióticos inflamados.

Quando Dom Sebastião Leme convocou os religiosos, não o fez com o frei Francisco, cuja nacionalidade era italiana, nem com o frei Miguel, espanhol. Apenas os alemães foram chamados, às pressas, com o receio de qualquer ato que colocasse em risco as suas integridades físicas. E isso não era gratuito. Havia uma elevação no tom em relação à presença dos frades alemães em Pernambuco que ultrapassava as fronteiras, saíam do litoral e seguiam até o interior.

E não tardou muito para que manifestações de violência chegassem às portas do convento. Por volta das 8 horas da noite, do dia 07 de novembro, um grupo de exaltados manifestou seu patriotismo, apedrejando a Igreja e o Convento do Recife, quebrando uma de suas janelas. Não passou despercebido a frei Benke certa conivência das autoridades públicas com os manifestantes. Com certa ironia, Benke escreveu que “finalmente os soldados lembraram-se do seu dever e fizeram retirar-se os patriotas” (Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife. Livro de Crônicas do Convento de Santo Antônio do Recife, 1912-2003, p. 47). Ou seja, em perspectiva, os policiais, que presenciaram os atos de vandalismo, deixaram por alguns instantes os protestos acontecerem sem nenhuma intervenção, sugerindo algum grau de complacência com o sentimento antialemão.

Os conflitos não pararam por aí. Ainda em Olinda, o frei relata que no dia 08 de novembro, “ainda tentaram esses sujeitos, mostrar em público seus pouco honrosos ideais. Entraram na Igreja, escandalosamente trazendo o chapéu na Cabeça e charuto na Boca, em busca de um espião, como diziam”, comportamento que demonstrava um total desrespeito com a instituição católica, com o espaço sagrado da igreja (Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife. Livro de Crônicas do Convento de Santo Antônio do Recife, 1912-2003, p. 47). Ou seja, o movimento dos “patriotas” deixou de ser uma conjectura e passou a perceber os frades como parte da trama internacional na qual o Brasil acabara de tomar partido.

Frei Joaquim Benke ainda observou que “felizmente nosso Dom Guardião soube com energia frustrar os maldosos intentos deles, tanto na Igreja como na portaria” (Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife. Livro de Crônicas do Convento de Santo Antônio do Recife, 1912-2003, p. 47). Ele se referia a Dom Sebastião Leme. E era a este mesmo Guardião e ao seu “enérgico procedimento”, que deviam “a nossa permanência aqui no Convento e no nosso trabalho de costume, exceptuando nos hospitais, que ficaram aos cuidados dos Rvmos. Padres Carmelitanos”. Nesses termos, o cronista ainda pontuou que o “povo sensato reprovou muito o procedimento dos exaltados” (Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife. Livro de Crônicas do Convento de Santo Antônio do Recife, 1912-2003, p. 47), havendo, inclusive, um movimento de visita da população ao vigário da freguesia. Para Benke, Dom Leme teve, portanto, um papel decisivo na mediação dos conflitos e na proteção dos frades, inclusive publicando uma nota sobre os acontecimentos no periódico da arquidiocese, para que fosse de conhecimento dos católicos o que estava ocorrendo.

No texto publicado no dia 08 de novembro de 1917, Dom Leme procurou orientar a população católica sobre como deveriam se colocar diante dos acontecimentos. Nas suas palavras iniciais, classificou a si próprio como “bispo e brasileiro”, e, por isso mesmo, fazia ali um apelo aos “sentimentos patrióticos e cristãos do povo pernambucano”. A fala do arcebispo pode ser dividida em três eixos. No início, em sua primeira alocução informava que “não é possível que, na hora atual, haja um só brasileiro que fique indiferente aos momentosos problemas que preocupam os chefes da nação. Bem haja o nosso governo que soube cumprir o dever! Cumpramos o nosso. Cristãos, oremos pelo Brasil” (Arquivo Dom José Lamartine. Tribuna Religiosa, 08 de novembro de 1917, p. 01). E, com isso, conclamava a população, “irmanados na bandeira e na cruz, cerremos fileiras em torno das autoridades legais da República”, aos membros do clero e aos católicos, além de oração fervorosa e constante, pedia, sobretudo, “muita prudência em não espalhar boatos que possam alarmar o povo, ocasionando desordens ou perturbando a vida normal da população e, muito menos, comentar notícias tendenciosas que possam deprimir as nossas capacidades de defesa” (Arquivo Dom José Lamartine. 08 de novembro de 1917, p. 01).

No trecho seguinte, o arcebispo centrou seus esforços em recordar à população de que o Brasil não estava “em guerra com os alemães aqui residentes”. E, por fim, recomendou “ao clero, aos católicos e a todos os bons patriotas que, sempre que possam, influam no sentido de não se atentarem assaltos às casas e às pessoas dos súditos alemães” (Arquivo Dom José Lamartine. Tribuna Religiosa, 08 de novembro de 1917, p. 01). Colocando-se sempre nessa fronteira entre o seu lugar como prelado e como cidadão e, mantendo a mesma tônica, direcionou o seu texto especificamente aos religiosos alemães que atuavam em sua jurisdição eclesiástica:

Quanto aos religiosos nascidos no país em guerra conosco, nada absolutamente eu temo que possam fazer de menos leal para com a nossa pátria. Respeite-se neles o caráter sacerdotal. Somos um povo cristão. Apesar de serem homens pacatos, sacerdotes respeitáveis e inofensivos, já em nome deles me entendi com as autoridades competentes para que, a qualquer hora e do modo que for julgado melhor, sejam fiscalizados os seus conventos. Bom é que se saiba que tais conventos não são alemães; são conventos brasileiros, presentemente administrados por alemães, como podiam ser e são, outras vezes, administrados por brasileiros, franceses ou de outras nacionalidades. Em todo caso, respeitando desconfianças possíveis, já os religiosos alemães deixaram a direção das paróquias que estavam a seu cargo (Arquivo Dom José Lamartine. Tribuna Religiosa, 08 de novembro de 1917, p. 01).

Ao afirmar, por exemplo, que os “conventos não são alemães; são conventos brasileiros, presentemente administrados por alemães” (Arquivo Dom José Lamartine. Tribuna Religiosa, 08 de novembro de 1917 p. 01), ele evidenciava as distâncias flagrantes. Essa declaração, embora buscasse tranquilizar a população sobre a lealdade dos frades, acabava por reforçar a percepção de alteridade. A expressão “presentemente administrados por alemães” sugere uma temporalidade e uma distinção entre o espaço sagrado nacional e os indivíduos estrangeiros que o ocupavam.

No mesmo dia, na mesma página jornal em questão, foi reproduzida uma nota “Ao Povo Brasileiro”, emitida pelo então Presidente da República, Venceslau Braz, no intuito de pedir à população que respeitasse “as pessoas e bens dos alemães, porque o governo punirá severamente aqueles que atentarem contra a defesa nacional” (Arquivo Dom José Lamartine. Tribuna Religiosa, 08 de novembro de 1917, p. 01). No “povo sensato” que, segundo o frei Joaquim Benke, teria defendido os franciscanos, é possível destacar o texto de um certo “Dr. X de X”, que con-

denou veementemente os ataques considerados por ele como injustos e violentos cometidos contra os frades franciscanos alemães em Pernambuco.

Esses religiosos, segundo o “Dr. X”, dedicaram vinte anos de suas vidas ao serviço do povo brasileiro, atuando como missionários, capelães e enfermeiros em situações críticas como epidemias e conflitos internos, como a Guerra de Canudos. O autor considerava os ataques uma ingratidão e uma mancha à honra nacional, enfatizando que esses frades, apesar de sua origem alemã, sempre serviram ao Brasil com dedicação e sacrifício. Ele defende que o verdadeiro patriotismo não deve ser confundido com violência injustificada contra indivíduos inocentes que contribuíram significativamente para a sociedade brasileira. A análise destacava a necessidade de discernimento e justiça mesmo em tempos de conflito, preservando os valores humanos e a integridade moral da nação (Arquivo Dom José Lamartine. Tribuna Religiosa, 08 de novembro de 1917, p. 02).

Se na capital pernambucana, os frades alemães contavam com a proteção de Dom Sebastião Leme e de anônimos como o “Dr. X”, que foi a público demonstrar sua indignação, em outros lugares, esses mesmos religiosos estavam entregues à própria sorte. Em Pesqueira, sede do primeiro convento fundado por frades alemães durante o processo de restauração da província de Santo Antônio, as perseguições chegaram às vias de fato.

No Relatório Annual do Convento de Pesqueira de 1917, o cronista frei Odilo Gelhaus registrava as inúmeras dificuldades pelas quais passava o referido convento, com o fechamento de uma das principais irmandades de Pesqueira, a Pia União, responsável pela manutenção de uma escola noturna. O encerramento dos trabalhos da irmandade e da escola se devia, segundo o frade, às perseguições que vinham se movendo contra ela, justamente por estar a serviço dos religiosos franciscanos. Frei Odilo Gelhaus afirmava que “talvez convento algum tem mais sofrido desde o começo da guerra” do que o de Pesqueira. Isso porque, segundo o frade, o convento vivenciava a “perseguição constante, sutil e pública do atual vigário da cidade”, o padre Frutuoso Rolim, o “indiferentismo religioso da maioria dos habitantes de Pesqueira” e a hostilidade da Gazeta de Pesqueira, que teria crescido “desde o começo da guerra e chegaram ao auge desde que o País se declarou em guerra” (Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife. Relatórios do Convento de Pesqueira 1915-1917). Ao contrário do que se passava no Recife, onde o arcebispo em pessoa atuava para apaziguar os ânimos contra os frades alemães, em Pesqueira, o próprio vigário da cidade e o principal órgão da imprensa local atuavam contra esses religiosos.

Frei Odilo Gelhaus registrou que no dia 03 de novembro de 1917, por volta das 11 horas da noite, o convento teria sido cercado, tendo as autoridades policiais percorridos “todas as celas e dependências em procura de marinheiros alemães, de submarinos, zepelins e metralhadoras”. Durante a abordagem ao convento, teriam prendido um médico, chamado Hammerlien, que estaria hospedado ali desde o mês de julho e que, segundo o frei Gelhaus, “apesar de ter sido antes chamado por muitas famílias e de ter tratado muitos pobres, foi levado escoltado para a cadeia, onde foi detido” (Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife. Relatórios do Convento de Pesqueira 1915-1917).

É importante destacar o envolvimento das autoridades policiais no caso dos estrangeiros alemães. A prisão do hóspede do convento é registrada na Delegacia de Polícia do Município de Pesqueira. Em correspondência ao Chefe de Polícia, Antonio da Silva Magalhães, em 03 de novembro, o Delegado de Polícia de Pesqueira, João Leão, informava que existia naquela cidade “um Convento, dirigido por Frades Alemães, no interior do qual, sempre foi pelos mesmos,

vedada a entrada a particulares, até mesmo em tratando-se sobre matéria religiosa”. No entanto, segundo o delegado teriam surgido na cidade dois alemães, que estavam hospedados no referido convento. Segundo a autoridade, os “aludidos Frades procuram mesmo [...] ocultar” a presença destes dois alemães, e ressaltava que “um dos referidos Alemães diz-se médico”, mas que corriam boatos na cidade de que eles seriam tripulantes do vapor Lepoldina (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Secretaria de Segurança Pública - 318, Delegacia de Polícia do Município de Pesqueira em 03 de novembro de 1917).

Houve também tentativas de apedrejamento ao convento, antecedendo o que ocorreria no Recife, no dia 07 de novembro de 1917, quatro dias após a prisão do médico alemão hospedado no convento de Pesqueira. O frade Odilo Gelhaus ressaltou que o convento só escapou do apedrejamento graças à intervenção de algumas famílias. Quanto ao vigário da cidade, segundo o frade Odilo, além de silenciar diante dos acontecimentos, tendo feito o “mais triste papel de covardia”, teria contribuído para o agravar dos ânimos contra os frades alemães, ao “propalar boatos” e recusar-se “formalmente ao pedido de intervir amigavelmente” junto à população (RELATÓRIOS do Convento de Pesqueira 1915-1917 [Arquivo da Província de Santo Antônio do Recife]). É possível que Dom Sebastião Leme, ao convocar os frades que estavam em visita ao agreste de Pernambuco a retornar rapidamente ao Recife já tinha conhecimento do que estava ocorrendo em Pesqueira. O discurso do arcebispo também poderia estar direcionado ao próprio clero pernambucano, visto que neste momento de conflito, o nacionalismo poderia estar ultrapassando o próprio sentimento de pertencimento à cristandade, como foi o caso do vigário Frutuoso Rolim.

É importante ressaltar que a escalada do antigermanismo contra os religiosos alemães não ficou restrita apenas ao estado de Pernambuco. Conflitos semelhantes ocorreram em São Paulo, atingindo precisamente a ordem dos Redentoristas, que possuíam origem germânica. Robson Gomes Filho e Lorrany Silva observaram, por exemplo, que em Aparecida, cujo santuário estava a cargo dos referidos missionários, houve incidentes de considerável violência. Os autores observam que no dia 4 de novembro de 1917, “o convento redentorista foi apedrejado, alarmando toda a comunidade católica do Brasil sobre o perigo que corriam os religiosos alemães por conta do inflamado nacionalismo brasileiro na guerra. No Convento da Penha, na cidade de São Paulo, episódios semelhantes também aconteceram (Gomes Filho; Silva, 2016).

Considerações Finais

Os eventos ocorridos no Recife e em Pesqueira apontam para a necessidade de se discutir os impactos da entrada massiva de religiosos estrangeiros no Brasil ao longo da Primeira República, atentando para as implicações desse processo nas dinâmicas sociais e religiosas. Em Pesqueira, por exemplo, a fundação de novas comunidades pelos frades alemães foi, inicialmente, vista como um esforço positivo para a expansão da fé e da assistência social, mas depois acabou gerando conflitos entre os próprios representantes do clero na cidade. Esses religiosos não eram apenas emissários da fé, mas também indivíduos com origens culturais específicas, que influenciavam suas práticas e interações com a comunidade local.

O xenofobismo, retratado na aversão aos frades alemães, é um fenômeno complexo e que possui muitas camadas que envolvem desde a construção de um inimigo interno, quanto as dinâmicas político-administrativas locais. Discutindo os conflitos e disputas internas que os even-

tos da Primeira Guerra provocaram no Brasil, Fernanda Arouca observou que a construção de uma “retórica da ameaça do inimigo” foi acionada, também, para “suprimir tensões internas que não se limitavam ao evento da guerra”. A guerra foi usada também “para manter a ordem no já corroído republicanismo em voga” (Arouca, 2022). Os frades alemães foram, por sua vez, vítimas do turbilhão de um nacionalismo emergente, em tempos de conflito bélico. De agentes do repovoamento da cristandade, acabaram como inimigos do Brasil e dos brasileiros.

A retórica que levou à construção de um inimigo tão próximo, deve ser somada também ao fato de que os religiosos alemães em Pernambuco ocupavam espaços privilegiados em termos estratégicos e exerciam influência junto à população. Esses espaços não eram apenas físicos, mas também simbólicos e sociais, já que esses frades estavam inseridos em comunidades religiosas influentes, desempenhando papéis centrais na vida espiritual, educacional e assistencial das localidades onde atuavam. Eles ocupavam posições de destaque em conventos, paróquias, irmandades e instituições de caridade, exercendo significativa influência sobre a população local, o que, em tempos de conflito internacional, despertava suspeitas e ressentimentos.

Não é por acaso que, na defesa dos franciscanos alemães, Dom Sebastião Leme precisou pontuar que a existência desses sujeitos, antes de pertencerem a uma nação específica, deviam obediência eclesial a uma entidade maior. Ao enfatizar a submissão dos frades à hierarquia da Igreja Católica, o prelado buscava afastar as acusações de deslealdade e espionagem que recaíam sobre eles. Era uma tentativa de dissociar a identidade nacional dos religiosos de suas funções e responsabilidades religiosas, apresentando-os como servos de uma instituição universal e supranacional. Era como se, com isso, o arcebispo estivesse retirando desses religiosos qualquer agência, negando-lhes suas subjetividades em decorrência de seus ofícios. Ao minimizar sua nacionalidade, Dom Leme procurava proteger os frades das hostilidades crescentes, mas, paradoxalmente, também evidenciava a dificuldade de separar completamente a nacionalidade do exercício das funções eclesiais em um contexto de guerra.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gabriella Chalegre. “**É hora de surgir do sono, de despertar da inércia [...] E fazer reflorescer a nossa religião**”: a restauração católica no sertão e agreste pernambucano. Mestrado em História, UFPE-CFCH, Recife, 2019.
- AROUCA, Fernanda Bana. O estado de exceção e a experiência da Primeira Guerra Mundial (1917-1918). **Revista Escritas do Tempo** – v. 4, n. 12, set-dez/2022 – p. 10-30
- BALHMANN, Dom Amando. **Memórias Inacabadas**. São Paulo: Cúria Provincial, 1991.
- BARTH, Fredrik. **Models of Social Organization**. London: Royal Anthropological Institute, 1966.
- BASTIDE, Roger. Religion and the Church in Brazil. *In*: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (Eds.). **Brazil, Portrait of Half a Continent**. New York, 1951. p. 342-343.
- BENETTE, Rebecca Ayako. **Fighting for the Soul of Germany**: the catholic struggle for the inclusion after unification. Cambridge: Harvard University Press, 2012.
- BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil 1870-1930. *In*: AZZI, Riolando (org.) **Vida Religiosa no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. *In*: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. **Passados Recompuestos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**: a longa travessia. Contexto, 2016.
- DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo/Ideologismos, novos paradigmas e voluntarismo. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **A abertura para o mundo. 1889-1930**. Volume 03. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012 (História do Brasil Nação: 1808-2010), p. 133-171.
- FRAGOSO, fr. Hugo. **Cadernos da Restauração**, vol.2. Salvador: Ed. da Província de Santo Antônio do Brasil, 1992.
- FRAGOSO, fr. Hugo. **Cadernos da Restauração**, vol.9. Salvador: Ed. da Província de Santo Antônio do Brasil, 1992.
- GOMES FILHO, R. R.; SILVA, L. M. A. Das pedras ao triunfo: missionários redentoristas alemães no Brasil entre a Primeira Guerra Mundial e a Gripe Espanhola (1914-1918). **Rev. Hist. UEG** - Anápolis, v.5, n.1, p. 55-73, jan./jul. 2016.
- KIRSCHBAUM, fr. Alberto. **Primórdios da Restauração da Província de Santo Antônio**. Revista Santo Antônio, N.110, 1990.
- MARROQUIM, Dirceu. **Frei Casimiro Brochtrup**: Igreja Católica, territorialidade e trabalhos sociais **no Recife (1894-1944)**. Doutorado em História Social, FFLCH-USP, São Paulo, 2022.
- MARROQUIM, Dirceu. A Dimensão Paroquial: caminhos metodológicos para uma história social dos catolicismos. **Anais do XII Colóquio do Grupo de Pesquisa Religião e Cultura**. Belo Horizonte: Puc Minas, 2024.
- MATTOS, Hebe. A vida política. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **A abertura para o mundo. 1889-1930**. Volume 03. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012 (História do Brasil Nação: 1808-2010), p. 85-131.
- ROUX, Rodolfo. La romanización de la Iglesia católica en América Latina: una estrategia de larga duración. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 31-54, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072014000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em Jul. 2024.
- SERBIN, Keneth P. **Padres, Celibato e Conflito Social**: uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- TEVES, fr. Matias. A restauração da Província de Santo Antônio do Brasil. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, Vol. XLVI, 1961.